

# Ensino de gramática: objetivos incertos<sup>1</sup>

**Rafaella Machado**

Curso de Letras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mary Elizabeth Cerutti Rizzatti

**Resumo** A forma com que a gramática é exposta no 1.º e 2.º graus leva o aluno a conceber *gramática* como um conjunto de regras para serem analisadas e/ou decoradas (gramática normativa). O ensino de Língua Portuguesa está dividido em várias áreas que não só a das normas, e a consciência acerca desse “fato” não basta para que os objetivos do ensino fiquem claros. A gramática normativa é encarada, muitas vezes, como principal subsídio para aprovação em concursos públicos. Esse parecer é a base para a forma com que tradicionalmente a disciplina é trabalhada em sala de aula; outra justificativa é o simples cumprimento do planejamento, por cobrança da sociedade, de antigas exigências teóricas. Este estudo foca a descrição da abordagem e os objetivos do ensino da gramática, no terceiro ano do Ensino Médio e a correlação desse ensino com o planejamento de aulas e a preparação para o vestibular, tendo como informante uma professora desse nível de ensino, atuante em escola pública em São José – SC.

**Palavras-chave:** Gramática. Concepção docente. Objetivos do ensino.

## 1. Introdução

A visão de gramática (normativa) de alunos do ensino médio, a forma com que a gramática é exposta, sem muitas explicações, e a crença estereotipada de que necessariamente as regras gramaticais são o conteúdo da disciplina de Língua Portuguesa mostram que os objetivos do ensino de gramática não são claros e que nem mesmo os professores parecem ter clareza acerca deles. Tudo isso é atribuído ao fato de que a escola tem por objetivo apenas o cumprimento do planejamento. As atividades se baseiam na explicitação do conteúdo do livro didático, de normas e de análise da metalinguagem sem preocupação com a compreensão e com o uso efetivo da língua. Em se tratando de escolas da rede pública, os objetivos em relação à disciplina parecem mais sintéticos e menos claros ainda. Não se espera que um aluno de terceiro ano do Ensino Médio da rede pública seja aprovado no vestibular. Não há um planejamento de aulas preocupado com a preparação do aluno.

Para descrever parte do contexto em que se processa o ensino de gramática no 3.º ano do Ensino Médio na rede pública de ensino, realizou-se uma pesquisa na disciplina de Produção Textual Acadêmica do curso de Letras da Universidade Federal de Santa Catarina no período junho – julho de 2007, intitulada *Correlações entre abordagem gramatical e*

---

<sup>1</sup> Artigo acadêmico produzido em julho de 2007 para a disciplina de Produção Textual Acadêmica I.

*vestibular: concepções de docentes de Língua Portuguesa de 3.º ano de ensino médio.* Procurou-se saber como o professor lida com os objetivos do ensino de gramática e a suposta busca por uma aplicação direta dos conhecimentos gramaticais. A pesquisa foi feita por meio de entrevista com uma docente de Língua Portuguesa da rede pública (em formação, na 8ª fase do curso de Letras da UNISUL), de 3.º ano do Ensino Médio da Escola Jovem de São José.

A entrevista continha as seguintes questões: 1) Qual o objetivo do ensino de gramática no 3.º ano do ensino médio? 2) O planejamento de aulas de língua portuguesa tem alguma preocupação com o vestibular? Qual? 3) Descreva o tipo de atividades que prevalecem no seu trabalho com gramática no 3.º ano. As categorias de análise dos dados seriam: 1) objetivos do ensino de gramática; 2) planejamento das aulas de Língua Portuguesa *versus* vestibular e 3) tipos de atividades gramaticais recorrentes nessa seriação escolar. As respostas às questões, porém, não foram muito específicas, e, para atender aos propósitos de pesquisa, as categorias de análise tiveram de ser modificadas: 1) posicionamento docente em relação ao ensino de Língua Portuguesa no 3.º ano e 2) planejamento docente do ensino de Língua Portuguesa no 3.º ano.

## **2. Posicionamento docente em relação ao ensino de Língua Portuguesa no 3.º ano**

Sempre que se chega à questão do ensino da Língua Portuguesa, mais precisamente à finalidade da gramática, depara-se com a procura desesperada de aplicação prática. A problemática em relação a isso é ilustrada com as palavras de Perini (2002, p. 49):

[...] o ensino de gramática tem três defeitos, que o inutilizam enquanto disciplina: primeiro, seus objetivos estão mal colocados; segundo, a metodologia adotada é seriamente inadequada; e terceiro, a própria matéria carece de organização lógica.

A gramática é vista, muitas vezes, apenas como “[...] uma série de ordens a serem obedecidas, porque é assim que é o certo” (PERINI, 2002, p. 52) e nenhuma outra explicação é dada; essa concepção amedronta os alunos e os afasta do que deveria ser concebido e aceito como o *porquê* do ensino da língua.

Precisamos saber, e sabemos, um mundo de coisas que não servem para nada. Acontece que esse saber “inútil” é que faz de nós membros da nossa cultura, do nosso país e do nosso século. [...] deve-se estudar gramática para saber mais sobre o mundo; não para aplicá-la à solução de problemas práticos [...] (PERINI, 2002, p. 55)

Possenti (1998) propõe a definição de gramática como “conjunto de regras”, dividida em três tipos. Uma das definições é a da Gramática Normativa, ou prescritiva, que seria

o “conjunto de regras *que devem ser seguidas*” (p. 64): essas regras são explícitas de forma impositiva e costuma-se dizer que servem para que se aprenda a “falar e escrever *corretamente*” (p. 64). A segunda definição é a da Gramática Descritiva, o “conjunto de regras que *são seguidas*” (p. 65): a função dessa gramática seria a de explicitar as regras da língua como são faladas efetivamente. A terceira definição é a da Gramática Internalizada, o “conjunto de regras *que o falante domina*” (p. 69): é o conhecimento lexical e semântico que o falante domina, no qual identifica, produz e interpreta frases características de sua língua.

A informante de pesquisa deste artigo parece ter conhecimento teórico acerca dos diferentes tipos de gramática: normativa, descritiva e internalizada. Acredita que o ensino de gramática não se dá somente no terceiro ano e afirma focar suas aulas na leitura e na escrita e não na explicitação da gramática. Diz que:

[...] no ensino médio temos como objetivo garantir o acesso aos saberes lingüísticos aos alunos para que eles possam participar ativamente da sociedade; em verdade nunca garantimos nada, se os alunos não tiverem uma pré-disposição para tanto, se o aluno tem um amplo conhecimento da linguagem poderá manifestar-se de diversas maneiras e se fazer entender defendendo seu ponto de vista, construindo novas visões de mundo, mas penso que isso se dá durante sua vida escolar, gradativamente.

Moura Neves (2001) discute a situação geral na docência em Língua Portuguesa; descreve, de forma exaustiva e aprofundada, o tema de modo que seu livro constitui um alerta à situação em sala de aula. A situação problemática do ensino de gramática é explicitada, no livro, através de uma pesquisa feita com professores de Língua Portuguesa. Na pesquisa, é apresentada, aos professores, a grande questão do uso e do ensino da gramática na escola. Quando questionados, a maioria dos docentes, em suas respostas, refere como objetivo desse tipo de ensino “falar e escrever melhor”, o que é criticado e colocado à prova pelos lingüistas. Tais docentes referem também o simples cumprimento do programa; dizem que a necessidade do aprendizado da gramática se dá para aprovação em concursos públicos e para que o aluno se expresse corretamente sendo bem aceito na sociedade. Fato que Kleiman (2001, p. 16) confirma alegando que

Os diversos concursos para cargos públicos e para vagas em colégios e universidades, sejam estes a nível federal, estadual ou municipal, ou do setor privado, exigem do candidato o conhecimento fragmentado e mecânico sobre a gramática da língua decorrente de uma abordagem de ensino que é *ativamente* contrária a uma abordagem global, significativa, baseada no uso da língua.

Segundo a pesquisa de Moura Neves (2001), a concepção de *gramática* dos professores os leva ao ensino normativo ou descritivo, desprezando a reflexão sobre a linguagem. As aulas seriam, em geral, apenas expositivas. As atividades adotadas em sala de aula são

tradicionalmente as de “redação – leitura – interpretação – análise”. O uso do texto para análise da língua é visto por Moura Neves (2001) como organização de informação, organização da interação lingüística e organização semântica. É, porém, evidenciado em seu estudo que o uso do texto tem apenas caráter formal em sala de aula. Os professores retiram dos textos “[...] unidades (frases ou palavras) para análise e catalogação [...]” (2001, p. 18). As redações, por exemplo, são solicitadas sem orientações que ajudem na sua produção; os professores apenas alertam acerca de alguns pontos formais como “início, meio e fim”.

Kleiman (2001, p. 16) cita a fala de um aluno de terceiro ano do ensino médio: “*Eu não quero trabalhar textos, eu quero aprender português.*” afirmando que essa convicção está baseada

[...] numa concepção de saber lingüístico desvinculada do uso da linguagem: [...] o aluno está reivindicando a regra gramatical tradicional, que não faz sentido, que deve ser memorizada só para a prova, mas que será a que determinará sua inclusão ou exclusão no banco, na repartição pública, na faculdade [...]. (p. 17)

Por mais que se questionem os métodos tradicionais de ensino e de gramática, os professores se mantêm neles, não admitindo a real crença da “normatividade para um falar e escrever bem”. “[...] é necessário redefinir os objetivos da disciplina. [...] reconhecer que estudar gramática *não* é um dos meios (muito menos *o meio*) de se chegar a ler e escrever melhor.” (PERINI, 2002, p. 54).

Os docentes informantes de pesquisa de Moura Neves (2001) que, ao longo de sua atuação, já foram alertados acerca do “problema” dizem tentar abandonar a gramática normativa, mas apenas a substituem pela descritiva, mantendo, sistematicamente, aulas sobre gramática explícita e cobrança do reconhecimento de entidades e funções lingüísticas. Mesmo os professores conscientes de que o domínio da gramática normativa não levará o aluno a escrever melhor continuam o ensino sistematizado sobre esse mesmo foco. Alegam que há cobrança geralmente da família do aluno, ou da administração da escola, ou até mesmo da sociedade; portanto, ao que parece, segundo o estudo, por comodidade, preferem continuar repetindo antigas exigências teóricas.

A informante de pesquisa cujos posicionamentos o presente artigo focaliza, paradoxalmente ao seu método de aulas, pressupõe que os alunos já tragam algum conhecimento (metalingüístico) acerca de classes de palavras etc., dizendo que essa defasagem dificulta o trabalho do professor no ensino médio:

[...] quando eles constroem algo, leio e procuro mostrar que é de outra forma que deveria estar escrito, mas [...] está sendo muito difícil de trabalhar com muitas coisas porque eles não aprenderam, [...] isso dificulta o trabalho em muito, no Ensino Médio, temos a concepção de que os alunos já conhecem todas as classes gramaticais, as orações, perío-

dos e assim por diante, mas percebo que eles têm muitas dificuldades em tudo, se uma oração é subordinada [...] eles não sabem classificar [...].

Em relação a esse posicionamento Perini (2002, p. 48) comenta:

O aluno de terceiro ano primário já está estudando as classes de palavras e a análise sintática – e não sabe. Ao chegar ao terceiro colegial, continua estudando a análise sintática e as classes de palavras – e continua não sabendo. Um professor de português, mesmo que de colegial, não pode entrar na sala esperando que os alunos dominem a análise sintática, ou que possam distinguir uma preposição de um advérbio, sob pena de graves decepções.

Possenti (1998, p. 17) afirma que o “[...] papel da escola é ensinar o português padrão, o objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido” e que “[...] é relativamente pequena a diferença entre o que um aluno (ou outro cidadão qualquer) já sabe de sua língua e o que lhe falta saber para dominar a língua padrão” (p. 43). Subentende-se que o aluno já saiba a gramática e, se o papel da escola é ensinar a forma escrita (padrão), deve-se perder menos tempo ensinando o que ele já sabe (formar frases etc.) focando, então, na leitura, na escrita e em discussões mais inteligentes que explorem mais o conhecimento que ele já possui. Pode-se falar e escrever sem estar consciente acerca da metalinguagem. Isso não quer dizer que as aulas de gramática sejam absolutamente substituíveis. Discutir sobre a língua pode ser mais importante que fazer análise sintática ou morfológica, por exemplo. Deve-se priorizar a concepção de que mais vale dominar a língua do que expor minuciosamente cada regra gramatical. Não basta apenas ensiná-las sem que tenham um propósito, não apenas o de passar em vestibulares ou concursos públicos.

“A maior parte do tempo e do esforço gastos por professores e alunos durante o processo escolar serve para aprender a metalinguagem de análise da língua” (GERALDI, 1991, p. 46). Moura Neves (2001) busca evidenciar esse enfoque no ensino “arcaico da gramática tradicional”; em sua pesquisa, solicitou aos professores que descrevessem os exercícios mais utilizados em sala de aula. A autora apresenta porcentagens exatas das ocorrências: a maioria desses exercícios está relacionada ao reconhecimento e à classificação de palavras; fato que confirma o que escreve Perini (1993, p. 40): “A única preocupação consistente que encontramos na GT é a de classificar as palavras [...]”. Geraldi (1991, p. 46), quanto a isso, entende ser caótico o

[...] ensino, para alunos que nem sequer dominam a variedade culta [da língua], de uma metalinguagem de análise dessa variedade – com exercícios contínuos de descrição gramatical, estudo de regras e hipóteses de análise de problemas que mesmo especialistas não estão seguros de como resolver.

Trata-se de uma discussão que converge para a crítica à gramática tradicional, porém a constatação de que há falhas no ensino não muda o tratamento dos professores em

relação à disciplina. Moura Neves (2001) constatou que nem sempre o relato dos professores reflete suas práticas; os objetivos são encarados pelos professores como uma espécie de “utopia.” Os resultados de sua pesquisa levam à reflexão sobre o tema e trazem evidências de que existe uma consciência, por parte dos professores, acerca da necessidade de rever o modelo de ensino da gramática, embora tal conscientização não leve à mudança da prática.

### 3. Planejamento docente do ensino de Língua Portuguesa no 3.º ano

A pesquisa de Moura Neves (2001) conclui que as aulas, em geral, são exposições do conteúdo do livro didático e repetição de exercícios gramaticais relativos à classificação de palavras e de funções sintáticas. Outra questão apontada no estudo da autora é o papel das *definições* de entidades no ensino de gramática, vistas como subsídios para o entendimento da metalinguagem. Os professores abordam termos da oração chamados *essenciais*, que são supostamente os mais fáceis de definir, mas, segundo a autora, não se trata de definições efetivamente “funcionais”.

A maioria dessas definições é de caráter semântico: focalizam “conceitos” das classes de palavras e desprezam abordagens sintáticas, o que dificulta a compreensão dos alunos por serem apenas indicações nocionais. Perini (1996, p. 21) concebe tratar-se de tema relacionado com a falta de coerência teórica, já que tais definições “[...] *não podem ser seguidas se se deseja identificar entidades que elas pretendem definir.*” Embora haja dificuldades na compreensão das definições, é nelas que as atividades de reconhecimento de classes e funções (as mais recorrentes em sala) são fundadas.

Na pesquisa de Moura Neves (2001), percebe-se que há um clima de desalento em sala de aula por parte dos professores, que se sentem desassistidos e insatisfeitos com a não-valorização do seu trabalho, consequência de uma má gestão educacional e de um comportamento discente inadequado. A prática docente de qualidade encontra obstáculos também na formação dos professores. As leituras praticamente inexistem. O aprimoramento (formação) é procurado em breves cursos de reciclagem/atualização que servem apenas para indicar os problemas ou o caminho para resolvê-los. Tais cursos provocam, no entanto, um sentimento de impotência, pois os professores querem orientação direta para a aplicação dos conhecimentos e “técnicas”, fórmulas prontas que resultam em objetivos dissociados da ação. É priorizada, nos planos de ensino, cópia de objetivos alheios, que denegam a função real do trabalho do professor.

A informante de pesquisa deste artigo, quando questionada sobre quais eram as preocupações em relação ao planejamento de aulas para o 3.º ano do Ensino Médio e se tinha alguma relação com o vestibular, afirmou que:

[...] o planejamento anual de aulas do colégio se baseia só no livro, é bem simples [...] particularmente não gosto muito desse planejamento, então não me prendo à utilização

do livro. Eu procuro saber de meus alunos qual o interesse deles a respeito do vestibular; então, nas primeiras aulas, procuro saber quais as dificuldades deles [...] estou tentando sanar algumas dúvidas que se arrastaram durante todo o ensino médio, que não foram poucas, desde ortografia até a análise morfosintática. Em se tratando do vestibular os alunos precisam saber construir uma dissertação, conhecer figuras de linguagem, autores e obras, isto dentro da língua portuguesa claro, mas também me preocupo muito com a interpretação, geralmente não conseguimos interpretar algumas coisas se não estivermos atentos a alguns detalhes que muitas vezes não estão tão explícitos, passam despercebidos e com certeza não atingiremos o objetivo do vestibular: PASSAR. Planejo minhas aulas com base no que eles me dizem e nas suas dúvidas.

Subentende-se que não haja um planejamento anterior à chegada em sala de aula. O planejamento proposto pelo colégio é falho, por ser a simples exposição do conteúdo do livro didático, porém o papel de mediador do professor acaba defasado, por esperar que o aluno traga os subsídios para que as aulas aconteçam. Paralelamente a essa situação, a informante mostra ter consciência plena de que o ensino de Língua Portuguesa para auxiliar no vestibular não é apenas o da gramática normativa.

Moura Neves (2001) concebe como básico, na discussão do que deva ser a *gramática*, no ensino de 1.º e 2.º graus, o fato de que “[...] a gramática ‘ensinada’ deve servir a que os alunos se expressem melhor, ela deve ser tal que sirva a esse fim” (p. 65). O ensino do português não deve ser submetido a materiais didáticos e tampouco deve seguir roteiros prontos “imutáveis”. O papel do professor é o de *mediador*, ajudando o aluno a construir o conhecimento, e não impondo informações teóricas.

## 5. Conclusão

Ao dar aulas de português para falantes do português, deve-se ter consciência do (e dar valor ao) que os alunos já sabem e dos objetivos desse ensino. A gramática é um fragmento da Língua Portuguesa, os objetivos do ensino da língua não ficam claros para os alunos, nem para os professores. Conseqüência disso é que a gramática tenha uma abordagem fragmentada; logo, o ensino de Língua Portuguesa fica mais do que defasado.

Quando se afirma que as aulas de gramática normativa não devem ser priorizadas, logo surgem as objeções baseadas nos vestibulares e em outros testes, mas quando se observa a realidade dessas provas, vê-se que os inúmeros exercícios de metalinguagem, mais comumente abordados em sala de aula, não são subsídios suficientes para aprovação em tais concursos. “Não vale a pena recolocar a discussão pró ou contra a gramática [normativa], mas é preciso distinguir seu papel do papel da escola – que é ensinar língua padrão, isto é, criar condições para seu uso efetivo.” (POSSENTI, 1998, p. 54).

Se se acredita que os objetivos da disciplina estão relacionados ao desenvolvimento da competência comunicativa do usuário da língua e ao emprego adequado em diversas situações de comunicação, à capacidade de produzir e compreender textos considerados

bem formados, ao conhecimento da constituição da língua e de como ela funciona e ao ensino de teoria gramatical (TRAVAGLIA, 2002), deve-se ter conhecimento acerca dos diferentes tipos de gramática e valorizá-los na prática.

O ensino é instrumento para se adquirir conhecimento em determinada área, o ensino de gramática não é diferente. “O ensino deveria subordinar-se à aprendizagem.” (POSSENTI, 1998, p. 95). A busca pela aplicação prática dos conhecimentos gramaticais é um equívoco; a gramática serve de instrumento para as aulas de Língua Portuguesa e não o contrário. Os objetivos do ensino devem estar claros para que as aulas ocorram fluentemente e supram as necessidades do aluno e do professor. Há necessidade da troca de informações para que os conhecimentos sejam construídos e não impostos. A relação entre professor e aluno deve ser uma relação de simbiose, da qual ambos saem beneficiados.

## Referências

- GERALDI, J.V. *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1991.
- KLEIMAN, Ângela. A concepção escolar da leitura, in: *Oficina de leitura*. Campinas: Pontes, 2001.
- MADEIRA, Fabio. Crenças de professores sobre o papel da gramática no ensino de língua portuguesa. *Linguagem & Ensino*, vol. 8, n.º. 2, 2005 (17-38). Disponível em: <[http://rle.ucpel.tche.br/php/edicoes/v8n2/fabio\\_madeira.pdf](http://rle.ucpel.tche.br/php/edicoes/v8n2/fabio_madeira.pdf)> Acessado em: 11 jun. 2007.
- NEVES, M. H. M. *Gramática na escola*. São Paulo: Contexto, 2001.
- PERINI, M. A. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, 2002.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para ensino de gramática no 1.º e 2.º graus*. São Paulo: Cortez, 2002.